



**A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO - UMA ABORDAGEM
 PSICOPEDAGÓGICA**

**THE SCHOOL INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM - A PSYCHOPEDAGOGICAL
 APPROACH**

LA INCLUSIÓN ESCOLAR DE NIÑOS CON AUTISMO - UN ENFOQUE PSICOPEDAGÓGICO

Ueudison Alves Guimarães¹, Maria Betânia de Oliveira Marques², Marineide Pequeno Ferreira Gonzalez³,
 Luciana Madalena Marçal⁴

e3122267

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i12.2267>

PUBLICADO: 12/2022

RESUMO

Nos dias atuais, vive-se tempos em que a inclusão social se tornou uma realidade e precisa ser cada vez mais incentivada e propiciada em todos os âmbitos. O autismo é um transtorno que prejudica a capacidade de comunicação e interação social; fatores que prejudicam o desenvolvimento do indivíduo portador do autismo. A lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional de 1986 iniciou avanços essenciais na legislação da forma de inclusão na escola. Para que haja inclusão, é necessário que os professores tenham capacitação para lidar com todos os alunos, independentemente de suas religiões, características, gêneros e culturas, além daqueles que têm necessidades especiais, considerando que o tratamento diferenciado pode trazer sérias consequências psicológicas na criança, que podem permanecer para toda a vida. A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi pesquisa bibliográfica com característica qualitativa, na qual se nota a importância da inclusão de todos os alunos, garantindo que tenham participação efetiva no ensino, proporcionando que a escola busque paradigmas novos e ampliem seu currículo além de capacitar seus professores para lidarem com todos os tipos de alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Inclusão. Transtorno.

ABSTRACT

Today, there are times when social inclusion has become a reality and needs to be increasingly encouraged and propitiated in all areas. Autism is a disorder that impairs the ability to communicate and social interaction; factors that impair the development of the individual with autism. The Basic Guidelines of National Education Law of 1986 initiated essential advances in the legislation of the form of inclusion in school. For there to be inclusion, it is necessary that teachers have the capacity to deal with all students, regardless of their religions, characteristics, genders and cultures, in addition to those who have special needs, considering that differentiated treatment can bring serious psychological consequences in the child, which can remain for life. The methodology used for the elaboration of this work was bibliographic research with qualitative characteristics, in which the importance of the inclusion of all students is noted, ensuring that they have effective participation in

¹ Pedagogia – Universidade Luterana do Brasil – (ULBRA), Química – Faculdade Cidade João Pinheiro – (FCJP), Matemática – Centro Universitário Claretiano - (CLARETIANO), Geografia – Faculdade Mozarteum de São Paulo – (FAMOSP) e Física – Centro Universitário Faveni – (UNIFAVENI); Especialista em Gênero e Diversidade na Escola – (UFMT), Educação das Relações Étnico-Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos – (UFMT), Metodologia do Ensino em Química – (FJRJ), Libras e Educação Inclusiva – (IFMT) e Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – (IFES); Mestrando em Educação: Especialização em Formação de Professores – Universidad Europea del Atlántico - Espanha (UNEA), Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação (Must University) e Mestrando Nacional Profissional em Ensino de Física pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

² Gestão em Recursos Humanos pela Universidade Paulista – (UNIP), licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – (UFAL), pós-graduada em Educação em Direitos Humanos pela Federal de Alagoas – (UFAL) e mestranda em Educação: Especialização em Formação de Professores – Universidad Europea del Atlántico – Espanha (UNEA).

³ Graduação em Pedagogia pela faculdade Universidade de Pernambuco (UPE), graduação em Letras - Inglês pela faculdade Universidade de Pernambuco (UPE). Pós graduação Lato Sensu leitura e produção de texto (UPE), Educação Especial Inclusiva (UNOPAR), Especialização em Atendimento Educacional Especializado - AEE (UFC) e Psicopedagogia Institucional Clínica e Educação Infantil (FAVENI), Mestrando em Educação - Formação de Professores pela Universidade Internacional Ibero-americana (UNIB).

⁴ Graduação em Tecnólogo em Processos Gerenciais pela UNA - UNIVERSIDADE DE CONTAGEM. Mestranda em Educação pela UNIUB – Porto Rico.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO - UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA
Ueudison Alves Guimarães, Maria Betânia de Oliveira Marques, Marineide Pequeno Ferreira Gonzalez, Luciana Madalena Marçal

teaching, providing the school to seek new paradigms and expand its curriculum and train its teachers to deal with all types of students.

KEYWORDS: *Autism. Inclusion. Disorder.*

RESUMEN

Hoy en día, hay momentos en que la inclusión social se ha convertido en una realidad y necesita ser cada vez más fomentada y propiciada en todos los ámbitos. El autismo es un trastorno que afecta la capacidad de comunicación y la interacción social; factores que perjudican el desarrollo del individuo con autismo. Las Directrices Básicas de la Ley Nacional de Educación de 1986 iniciaron avances esenciales en la legislación sobre la forma de inclusión en la escuela. Para que haya inclusión, es necesario que los maestros tengan la capacidad de tratar con todos los estudiantes, independientemente de sus religiones, características, géneros y culturas, además de aquellos que tienen necesidades especiales, considerando que el tratamiento diferenciado puede traer graves consecuencias psicológicas en el niño, que pueden permanecer de por vida. La metodología utilizada para la elaboración de este trabajo fue la investigación bibliográfica con características cualitativas, en la que se señala la importancia de la inclusión de todos los estudiantes, asegurando que tengan una participación efectiva en la enseñanza, proporcionando a la escuela la búsqueda de nuevos paradigmas y ampliar su currículo y capacitar a sus profesores para tratar con todo tipo de estudiantes.

PALABRAS CLAVE: *Autismo. Inclusión. Desorden.*

INTRODUÇÃO

O autismo, de acordo com Kaplan (1997), é uma vulnerabilidade que gera marcas e aflição para a família do indivíduo portador da síndrome. O autor afirma, que o autismo não possui origem conhecida, o que faz a síndrome se tornar um obstáculo para a ciência.

Entre distintos transtornos que aparecem na infância, o autismo vem recebendo mais atenção. Por não ser uma doença múltipla e sim um transtorno de desenvolvimento, com diversas razões e distintos graus de gravidade, ainda não se consegue expor exatamente o princípio da síndrome. Nos dias atuais, O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais usa o termo TEA, que significa Transtornos do Espectro Autista (VELLOSO *et al.*, 2013).

Na medida em que a compreensão dos transtornos mentais e seus tratamentos evoluíram, os profissionais médicos, pesquisadores, clínicos e sociais voltaram o foco de sua atenção para as características de transtornos específicos e seus tratamentos. Justamente pela compreensão de uma sociedade excludente, dividida em extratos mais ou menos “favorecidos” como se diz comumente, é que este estudo busca contribuir sobre a realidade de exclusão social em que vivem muitos autistas e suas famílias (STRELHOW, 2012). Diante do exposto, qual a importância da inclusão dos alunos com autismo na educação infantil?

Desenvolver este tema é indispensável para o ensino fundamental nas escolas públicas, pois, o ensino fundamental é o marco do impacto social na vida das crianças. Na educação básica começa a formação intelectual, educativa e social dos indivíduos.

Para que o processo de inclusão seja alcançado com sucesso, deve haver mudanças no contexto escolar, que são feitas por meio da reflexão responsável e comprometida pelos envolvidos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO - UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA
Ueudison Alves Guimarães, Maria Betânia de Oliveira Marques, Marineide Pequeno Ferreira Gonzalez, Luciana Madalena Marçal

referente à realidade que vivemos em relação à inclusão (STRELHOW, 2012). Assim, o objetivo geral do artigo é observar quais as estratégias utilizadas a fim de desenvolver o aprendizado na criança autista a partir da perspectiva da inclusão escolar.

O presente projeto tem por finalidade conhecer e analisar as estratégias utilizadas no ensino regular que visam ao desenvolvimento das habilidades da criança autista, visto que no âmbito dos espaços públicos educacionais, a partir de desdobramentos da Lei da Inclusão (Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, alterada por decretos contemporâneos) e da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que reza acerca da inclusão em escolas normais as crianças que apresentem Transtorno do Espectro Autista, ultimamente tem-se observado a crescente demanda dessa clientela nos espaços públicos educacionais embasados legalmente e por se fazer relevante delinear o processo de aquisição do conhecimento bem como o desenvolvimento de habilidades por parte do estudante com autismo.

2. DESENVOLVIMENTO

Cientificamente chamado Transtorno do Espectro Autista (TEA), o autismo ainda é pouco conhecido socialmente fora do contexto de pessoas que vivenciam o universo autista, o que faz com que preconceitos e estranhamentos sejam ainda muitos comuns por parte daqueles que não tem algum conhecimento sobre esse transtorno ao se depararem com as estereotípicas e condutas do espectro em diferentes espaços de convívio social, como por exemplo, ambientes de trabalho ou lazer, como parques, cinemas ou até mesmo e talvez principalmente em escolas (ARAÚJO, 2011).

Os indivíduos que se enquadram dentro do espectro, ainda que seja leve, integram uma condição generalizada de complexas desordens enquanto o cérebro se desenvolve e isso pode ser desencadeado no decorrer do nascimento ou algum tempo após (BRASIL, 2008).

Quando essas desordens ocorrem, as características que mais comumente são observadas incluem: comportamento alterado; demonstração de muita intensidade quando tem interesse em algo específico; comunica-se com dificuldade; linguagem usual repetitiva; comprometimento na interação social; não costuma manter contato visual (PROMINAS, 2010).

Entre dois e três anos de idade é quando normalmente inicia-se o tratamento, pois é geralmente nesse período da infância que os sintomas se acentuam. O autismo é uma permanente condição, uma vez que, ocorrendo o transtorno, não se restringe somente ao período da infância em que a criança está se desenvolvendo, mas por toda sua vida (SESSP, 2015).

Segundo Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), a manifestação específica dos *déficits* característicos do autismo muda à medida que as crianças crescem, mas os *déficits* continuam através da vida adulta com um padrão amplamente similar de problemas de socialização, comunicação e padrões de interesse. Todos os níveis de Quociente de Inteligência (QI) podem ocorrer em associação com o autismo, mas há um retardo mental significativo em cerca de três quartos dos casos (RORTY, 2007).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO - UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA
Ueudison Alves Guimarães, Maria Betânia de Oliveira Marques, Marineide Pequeno Ferreira Gonzalez, Luciana Madalena Marçal

Podendo ocorrer em diversos níveis de intensidade e comprometimento, o autismo não deve ser o único definidor da realidade social do portador da deficiência, uma vez que o entendimento a respeito do transtorno é de fundamental importância para a convivência no âmbito social, tanto para o autista, quanto para a sua família. Conhecer as características e os sintomas é uma parte desse processo de sociabilidade e de garantia de direitos aos espaços de convívio (ONZI; GOMES, 2015).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM – V, de 2013, o portador do transtorno pode ter comprometida suas habilidades intelectuais e motoras, essas dificuldades que podem ser notadas desde o nascimento ou podem se tornar mais perceptíveis quando a criança está mais desenvolvida. O mesmo manual afirma que, na fase da adolescência, as características sintomáticas variam de acordo com o “grau” de autismo. O indivíduo com autismo pode apresentar dificuldade de autonomia e de aprendizagem, fator de extrema relevância, uma vez que se apresentar necessidades de ensino especializadas, as instituições de ensino devem promover capacitação de profissionais para atender ao perfil desses alunos. Atualmente no Brasil, essa não é uma realidade, principalmente se for levado em consideração a rede pública de ensino.

É necessário considerar os três principais elementos para diagnosticar uma criança como autista, segundo Teixeira (2016):

- Dificuldades no relacionamento com os outros. Creditam pouca relevância a presença de outras pessoas mesma sala e/ou não estabelecem contato visual, por vezes;
- Dificuldades na comunicação como o atraso na linguagem ou repetição de palavras e sons com fracos sinais de entendimento;
- Padrões de comportamentos invulgares e atividades estereotipadas, como a repetição compulsiva de sons ou gestos.

Apenas um profissional especializado pode realizar com precisão o diagnóstico de autismo, sendo o ideal que seja precocemente para que o devido tratamento seja iniciado, melhorando as condições de desenvolvimento do portador do espectro. No caso de autismo leve, pode ser mais difícil o diagnóstico, pois os sintomas podem ser confundidos a dificuldades comuns, e, em alguns casos é necessária a interação e intervenção de diversos médicos para chegar a um diagnóstico preciso (PENSI, 2018).

As causas do autismo ainda não são especificamente determinadas, mas fatores tanto genéticos quanto ambientais são apontados como possíveis determinantes desse quadro. Não existem ainda medicamentos que amenizem os sintomas, mas é indispensável um acompanhamento multidisciplinar de acordo com as especificidades apresentadas pelo autista (GUEDES, 2015).

O autor ressalta que existe igualmente a necessidade de acompanhamento e apoio aos familiares principalmente os pais ou tutores que são diretamente impactados uma vez que são eles responsáveis diretos pelo encaminhamento a um diagnóstico preciso, tratamento. É bem possível que passem por dificuldades no que diz respeito ao âmbito social, como conseguir vaga em uma



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO - UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA
Ueudison Alves Guimarães, Maria Betânia de Oliveira Marques, Marineide Pequeno Ferreira Gonzalez, Luciana Madalena Marçal

escola, acesso ao tratamento na rede pública de saúde, entre outros entraves que perpassam o cotidiano dessas famílias (ARAÚJO, 2011).

3. METODOLOGIA

O método utilizado para a elaboração deste artigo é a revisão bibliográfica, que, para Lakatos e Marconi (2001), abrange todas as bibliografias publicadas relacionadas ao tema da pesquisa, incluindo publicações individuais, jornais informativos, revistas, livros, pesquisas, monografias, artigos e materiais gráficos. Seu objetivo é dar aos pesquisadores acesso direto a todo o conteúdo escrito, oral ou cinematográfico sobre um determinado tópico.

A pesquisa descritiva, segundo Gil (1999) possui objetivo de desenvolver, esclarecer e examinar conceitos e ideias para fazer perguntas mais precisas. Seu objetivo é fornecer padrões e compreensão. Caracteriza-se por informações definidas aleatoriamente e um processo de pesquisa flexível e não estruturado. Nesse caso, são utilizados métodos qualitativos, que alguns autores entendem como "expressões universais".

Por um lado, isso significa que inclui o que se poderia chamar de uma atividade ou estudo específico. Triviños (1987) apontou que a natureza do qualitativo é uma representação do maior grupo de sujeitos que participará da pesquisa. No entanto, em geral, não tem nada a ver com amostragem. Além disso, não é aleatório, mas decidido conscientemente, dado um conjunto de condições (questão básica, assunto de clara preocupação segundo o pesquisador; facilidade de encontro com o indivíduo; tempo pessoal da entrevista etc.).

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O termo autismo apareceu como diagnóstico no DSM apenas em 1980, quando passou de um sintoma da esquizofrenia infantil e evoluiu conforme as características do quadro diagnóstico encontrado. O termo Transtorno Autista perdurou por 22 anos até que apresentasse duas vertentes e fosse nomeado de Autismo Infantil e diferenciado da Síndrome de Asperger pela heterogeneidade das características após alguns estudos na área (SCHWARTZMAN, 2011). Ainda segundo o autor, a partir de 2014 até os dias atuais, com o termo "espectro", que significa fantasma ou grupo de elementos que formam um todo, segundo dicionário Michaelis, considerou-se as características dentro do quadro, sem diferenciar diagnóstico, para justificar a diversidade de características nos Transtornos do Espectro Autista, inclusive algumas pouco conhecidas ou estudadas.

Assim, a terminologia sofreu alterações diversas vezes, desde a primeira vez que foi descrita no DSM III como um transtorno mental na década de 1980, depois como transtorno global do desenvolvimento e mais recentemente foi novamente alterada no DSM-V, de Transtorno Autista (ou Autismo) para Transtorno do Espectro Autista (TEA) (SCHWARTZMAN, 2011).

A mais recente definição que está em vigor é o TEA (Transtornos do Espectro Autista), que abrange o maior número de características que podem ser encontradas na heterogeneidade do diagnóstico. A partir daqui, será usado então o termo TEA (Transtornos do Espectro Autista) para



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO - UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA
Ueudison Alves Guimarães, Maria Betânia de Oliveira Marques, Marineide Pequeno Ferreira Gonzalez, Luciana Madalena Marçal

apresentação do diagnóstico que foi considerado neste trabalho, considerando a definição do DSM V (SCHWARTZMAN, 2011).

A causa do TEA (Transtornos do Espectro Autista) ainda não é conhecida. As teorias para explicar este enigma proliferam e vários fatores têm sido implicados na patogenia do transtorno, incluindo fatores genéticos, imunológicos e ambientais (TEIXEIRA, 2016). Segundo o autor, de acordo com várias pesquisas realizadas nos EUA, Ásia e Europa, os transtornos do espectro autista apresentam uma ocorrência conceituada em 1% de crianças e adolescentes no mundo.

Segundo Fombonne (2009) *apud* Freitas (2017), “a prevalência do TEA (Transtornos do Espectro Autista) é de 20 a 50 crianças afetadas a cada 10.000, sendo o terceiro lugar na lista dos transtornos do desenvolvimento”. Conforme Karalunas, Geurts, Konrad, Bender e Nigg, (2014) *apud* Freitas (2017), estudos apontam um aumento da incidência do TEA (Transtornos do Espectro Autista) nos últimos 20 anos, o que tem sido possível a partir do aperfeiçoamento dos procedimentos de diagnóstico, permitindo inclusive a identificação precoce, por volta dos 18 meses de idade.

Assim como Zanon, Backes e Bosa (2014), também citam o TEA (Transtornos do Espectro Autista) como uma condição que tem início precoce e as dificuldades tendem a comprometer o desenvolvimento do indivíduo, ao longo de sua vida, com variação da intensidade do diagnóstico e reflete a ampla gama de desafios e até que ponto as pessoas com autismo podem ser afetadas. O mesmo autor afirma que após os 18 meses, os traços de autismo tornam-se mais evidentes.

Velloso *et al.*, (2013), corrobora que as características do transtorno espectro autista (TEA), são retratadas em três comportamentos: dificuldade na comunicação, dificuldade em interagir socialmente e falta de criatividade. Deste modo, esta pesquisa é justificada pela importância da inclusão das crianças portadoras de autismo na educação infantil.

A criança com Transtornos do Espectro Autista pode apresentar características referentes a síndrome durante os primeiros meses de vida, porém alguns traços ficam mais evidentes no terceiro ano de vida, geralmente quando é feito o diagnóstico (ARAÚJO, 2011).

Conforme Vieira e Baldin (2017, p. 4), o diagnóstico é clínico, realizado através da observação comportamental da criança, e entrevista com os pais. Muitas vezes é requerida a ajuda de outros profissionais como fonoaudiólogos, psicólogos e pedagogos.

O diagnóstico de TEA (Transtornos do Espectro Autista) é dado por um neuropediatra ou um psiquiatra infantil após a avaliação de uma equipe multidisciplinar composta por psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, psicomotricista e outros que definem a necessidade da continuidade dos atendimentos para cada criança conforme sua necessidade, traçando objetivos de tratamento (APA, 2014).

Além do tratamento terapêutico, Assumpção e Pimentel (2000) acrescentam que o tratamento é complexo, pois é centrado em abordagem através de medicamentos destinados à diminuição dos sintomas-alvo, representados essencialmente por irritabilidade, agitação e agressividade, que impossibilitam o encaminhamento dos indivíduos portadores de Transtornos do



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO - UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA
Ueudison Alves Guimarães, Maria Betânia de Oliveira Marques, Marineide Pequeno Ferreira Gonzalez, Luciana Madalena Marçal

Espectro Autista à programas educacionais. Deste modo, considera-se o uso de neurolépticos como vinculado eminentemente à distúrbios de comportamento.

Conforme Vieira e Baldin (2017), uma vez que as causas biológicas dos Transtornos do Espectro Autista ainda não foram identificadas, tratamentos definitivos e curativos por enquanto não são recomendados. Assim, para Onzi e Gomes (2015), o TEA (Transtornos do Espectro Autista) não possui cura e, a procura por um tratamento específico possui a finalidade de atenuar os déficits apresentados, afinal alguns tratamentos podem ser mais eficientes para alguns indivíduos e menos para outros, afinal cada portador da síndrome apresenta um comportamento diferente do outro. No que se refere ao tratamento, a psicoterapia comportamental é a mais indicada, junto ao processo de condicionamento que possibilita os cuidados com o autista, tornando-o emocionalmente mais estruturado.

As práticas pedagógicas, são métodos organizados pela escola e corpo docente, com o objetivo de predispor o conhecimento e evolução dos alunos. Em especial na educação inclusiva são baseados na individualidade, necessidades e potencialidades destes alunos que igualam as chances de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes com ou sem necessidades especiais. As diferenças devem ser reconhecidas e explicitadas nas práticas e no projeto político pedagógico que refletem as propostas educacionais que desenvolvem um trabalho coletivo para o desenvolvimento educacional por meio do acompanhamento das atividades pedagógicas (TOUGH, 2017).

As práticas pedagógicas são desenvolvidas por meio de dois eixos os objetivos e o processo da prática e da análise do mesmo. A partir da compreensão das necessidades presentes em sala de aula, a escola, a família e os professores podem assumir a responsabilidade de promover o acesso e qualidade no processo de ensino aprendizagem dos alunos (MANTOAN, 2003).

A escola deve ser a extensão do seu lar, da sua família e vice-versa. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994): "A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social".

De acordo com Vygotsky (1993), atividades lúdicas são extremamente vitais para o desenvolvimento da criança, afinal, a imaginação permite que as mesmas se relacionem socialmente e com seus próprios interesses e necessidades com a realidade.

O brincar oferece à criança a sua construção como indivíduo, copiando comportamentos adultos enquanto brinca. Deste modo, verifica-se que é essencial pesquisar sobre as práticas pedagógicas no âmbito escolar, nas quais existem indivíduos inclusos, fazendo uso de métodos que tenham como pilar jogos pedagógicos e brincadeiras lúdicas desde os anos iniciais, afinal todas as modificações que as escolas especiais estão enfrentando necessitam de novas práticas pedagógicas (TOUGH, 2017).

Diferentes maneiras de viver no meio social possibilitam diversas culturas, afinal estas são inúmeras e começam a ser inclusas no dia a dia de cada indivíduo e de maneira a se adaptar com a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO - UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA
Ueudison Alves Guimarães, Maria Betânia de Oliveira Marques, Marineide Pequeno Ferreira Gonzalez, Luciana Madalena Marçal

sociedade. A partir do brincar, a criança adquire características próprias de atuar nos jogos, podendo optar pelo que mais gosta, tomando decisões e interagindo com os demais. Ao brincar, ganhamos o direito à diferença sem discriminação e assim sendo aceitos de maneiras diferentes (MITTLER, 2003).

De acordo com Piaget (1971), o desenvolvimento da criança acontece por meio do lúdico, onde por meio de jogos e brincadeiras a criança desenvolve a relatividade, afinal o jogo é a essência do pensamento criativo. Toda criança necessita brincar para aprender a se relacionar, para crescer, respeitar limites, aprender a criar vínculos e socializar. Os fatores biológicos predominam os fatores sociais no começo do desenvolvimento humano. Deste modo a integração com a sociedade se torna essencial para o desenvolvimento do pensamento (VYGOTSKY, 1993).

É por meio da ludicidade que as crianças conseguem manter relação com seu corpo, com o mundo e com as demais crianças, onde o imaginário se torna real, e deste modo trazendo à criança uma sensação de poder. As brincadeiras em sala de aula devem ter a finalidade de estimular o crescimento, a inclusão e o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da criança (ANTUNES, 1998).

Os exercícios considerados lúdicos, representados por jogos, dinâmicas diferenciadas e brinquedos são manifestações contidas no dia a dia dos indivíduos e, por este motivo, na sociedade desde o começo da humanidade (TOUGH, 2017). Todo indivíduo sabe o que é brincar, como brincar e por que brincar, mas, diversas vezes, o lúdico e as atividades lúdicas são resumidos apenas ao ato de brincadeira infantil, e associados diretamente às crianças, resultando em um possível “preconceito” culturalmente estabelecido ao brincar (ANACHE; RESENDE, 2016).

Para que as brincadeiras sejam desenvolvidas com qualidade dentro e fora da sala de aula, é preciso planejar o tempo e o espaço, não é apenas deixar os alunos livres na quadra fazendo o que bem desejarem. Os jogos necessitam ter metas, objetivos e regras, além do professor para auxiliar e orientar as atividades em que as crianças estejam realizando, por mais simples que sejam (HAETINGER, 2009).

É responsabilidade do educando observar o grau de desenvolvimento das crianças para planejar as brincadeiras que irão realizar, além da aptidão que cada indivíduo possui. Observar as relações entre as crianças na hora da brincadeira é a maneira mais fácil de identificar qual tipo de atividade é adequada para o aprendizado das crianças que está lecionando, sem deixar nenhuma de lado por motivo de inaptidão ou vergonha de realizar alguma atividade (PIAGET, 1978).

A instituição de ensino deve proporcionar o brincar de todas as formas; o brincar e o jogar têm encantamento que despertam interesse do aluno proporcionando interação e participação maior entre o conhecimento lúdico e as crianças acompanha a intenção de promover um desenvolvimento total da criança. Incluir alunos com deficiências, independente de qual seja, é o primeiro passo a ser dado para que se dê início à inclusão. Diante disto, o próximo passo é respeitar todas as diferenças existentes. As adaptações são aspectos que precisam ser mudados nos currículos escolares junto ao planejamento de aula (MONJON, 1995).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO - UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA
Ueudison Alves Guimarães, Maria Betânia de Oliveira Marques, Marineide Pequeno Ferreira Gonzalez, Luciana Madalena Marçal

Segundo Carvalho (1997), as mudanças são essenciais para garantir sucesso nas propostas inclusivas. Necessita-se de um mapeamento da situação real das pessoas com necessidades especiais dentro da escola para poder traçar métodos a curto e longo prazo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou maior entendimento sobre o autismo e a importância do descobrimento precoce do transtorno nas crianças. Compreender o autismo pode ser simples quando estamos dispostos a tratar o próximo com empatia, o que talvez seja um dos maiores desafios do ser humano: se colocar no lugar do próximo.

Analisar uma criança com algum distúrbio mental é um grande desafio. O TEA (Transtornos do Espectro Autista), se trata de um transtorno multifatorial, que acomete crianças desde o nascimento até a fase adulta.

Nos dias atuais, este transtorno traz diversas preocupações para os familiares do indivíduo portador da síndrome, afinal, o sistema de saúde pública não oferta condições ideais para o acolhimento destes indivíduos o reconhecimento precoce do autismo ajuda na prevenção do agravamento do distúrbio.

Trabalhar com a diversidade ainda é um pouco difícil para alguns profissionais da área, essencialmente aos que já estão no ramo há anos, pois a formação foi diferente das atuais, onde possui matéria específica na graduação para trabalhar com indivíduos com necessidades especiais.

Deste modo, conclui-se que a escola inclusiva é a que tem o poder de construir diante da interação de diversos profissionais da educação um ambiente de inclusão para todos, partilhando responsabilidades e colaborando com o convívio em sociedade.

REFERÊNCIAS

ANACHE, A. A.; RESENDE, D. A. R. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação**, 2016.

ANTUNES, C. **Jogos para estimulação de múltiplas inteligências**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

APA, American Psychiatric Association. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.

ARAÚJO, C. A. **Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memmon, 2011.

ASSUMPÇÃO, F. B.; PIMENTEL, A. C. M. Autismo infantil. **Rev. Brás. Psiquiar**, 2000. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3795.pdf Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde, **Saúde do Adolescente: competências e habilidades, Série B. Textos Básicos da Saúde**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CARVALHO R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO - UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA
Ueudison Alves Guimarães, Maria Betânia de Oliveira Marques, Marineide Pequeno Ferreira Gonzalez, Luciana Madalena Marçal

DECLARAÇÃO. de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na áreas das necessidades educativas especiais. *In: Conferencia Mundial de Educação Especial*, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

DSM – V. **Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. Disponível em: <https://www.uniespirito.com.br/arquivos/dsm-v-transtorno-dissociativo-de-identidade.pdf> Acesso em: 20 set. 2022.

FOMBONNE, E. Epidemiology of pervasive developmental disorders. **Pediatric Research**, n. 65, 2009.

FREITAS, A. M. de; BRUNONI, D. e MUSSOLINI, J. L. Transtorno do espectro autista: estudo de uma série de casos com alterações genéticas. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv.** v. 17, 2017.

GUEDES, N. P. S.; TADA, I. N. C. A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, n. 3, 2015.

HAETINGER, M. G.; HAETINGER, D. **Jogos, recreação e lazer**. Curitiba: IESDE, 2009.

KAPLAN, H. **1 compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. 7. ed. Porto alegre: Artes Medicas, 1997.

KARALUNAS, S. L.; GEURTS, H. M.; KORAND, K.; BENDER, S.; & NIGGi, J. T. Annual research review: Reaction time variability in ADHD and autism spectrum disorders: Measurement and mechanisms of a proposed trans-diagnostic phenotype. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**: São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. São Paulo: Artmed, 2003.

MONJON, D. G.; GIL, J. R. GARRIDO. **Adaptaciones. Curriculares**. Guia para elaboración. Málaga, Espanha: Aljibe, 1995.

ONZI, F. Z.; GOMES, R. F. Transtorno do Espectro Autista: A importância do diagnóstico e reabilitação. **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 12, n. 3, 2015.

PENSI. **o que é o autismo**. [S. l.]: Instituto Pensi, 2018. disponível em <https://autismo.institutopensi.org.br/informe-se/sobre-o-autismo/o-que-e-autismo/> Acesso em: 20 set. 2022.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Zandar, 1971.

PROMINAS, **Editora Prominas e Organizadores Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD**, 2010, disponível em <https://pt.scribd.com/doc/200957407/TRANSTORNOS-GLOBAIS-DO-DESENVOLVIMENTO-MODULO-10> Acesso 20 de setembro de 2022.

RORTY, R. **Contingência, ironia e solidariedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, C. A. **Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO - UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA
Ueudison Alves Guimarães, Maria Betânia de Oliveira Marques, Marineide Pequeno Ferreira Gonzalez, Luciana Madalena Marçal

SESSP. **Manual de acompanhamento da criança**. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, 2015. Disponível em http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/gestor/homepage/programa-de-fortalecimento-da-gestao-da-saude-no-estado-de-sao-paulo/consultas-publicas/manual_de_acompanhamento_da_crianca.pdf Acesso em: 20 set. 2022.

STRELHOW, T. B. A dignidade humana da pessoa com autismo. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, v. 6, n. 10, 2012.

TEIXEIRA, M. C. T. V. Estudantes de Psicologia Concluem a Graduação com Uma Boa Formação em Autismo? **Psicologia - Teoria e Prática**, v. 18, n. 1, 2016.

TOUGH, P. **Como as Crianças Aprendem**: O papel da garra e da personalidade no desenvolvimento infantil. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

VELLOSO, R. L.; DUARTE, C.P.; SCHWARTZMAN, J. S. Evaluation of the theory of mind in autism spectrum disorders with the Strange Stories test. **Arq neuro psiquiatr**, 2013 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anp/v71n1%201/0004-282X-anp-71-11-0871.pdf> Acesso em: 20 set. 2022.

VIEIRA, N. M.; BALDIN, S. R.; FREIRE, R. S. Inclusão escolar de alunos com autismo: O que diz a literatura. **GT5 - Educação, Comunicação e Tecnologia**, 2017. Disponível em: <http://faculdadepatosdeminas.edu.br/pdf/meta.pdf> Acesso 20 de setembro de 2022.

VYGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ZANON, R. B.; BACKERS, B. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 30, n. 1, 2014, Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237722014000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2022.